

Delga Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.
Diadema - SP**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assunto descritos nos parágrafos 1 e 2 da seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme nota explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - Covenants) do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, o que pode acarretar o vencimento antecipado das Debêntures no montante de R\$ 102.622 mil, dos quais R\$ 56.883 mil estavam classificados no passivo não circulante. Considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após 31 de dezembro de 2017, a obrigação deveria ter sido integralmente reclassificada para o passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante a menor em R\$ 56.883 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contém modificação em função desse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Conforme nota explicativa nº 16, o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 apresenta na rubrica Obrigações fiscais e tributárias o montante de R\$ 28.971 mil, dos quais R\$ 11.032 mil refere-se ao PIS e a COFINS. A Companhia não efetuou, à época, o recolhimento mensal desses tributos, nem reconheceu os respectivos encargos financeiros e multas de mora em 31 de dezembro de 2017, no montante de aproximadamente R\$ 6.469 mil. Consequentemente, o passivo circulante da

Companhia em 31 de dezembro de 2017 encontra-se a menor em R\$ 6.469, o patrimônio líquido a maior em R\$ 6.469 e o prejuízo do exercício findo naquela data a menor em R\$ 4.270 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conteve modificação em função desse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Valorização dos estoques

(Veja a nota explicativa nº8 às demonstrações financeiras)

Os estoques da Companhia são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo custo médio de aquisição ou produção, calculado a cada nova entrada nos estoques. Esse custo pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor de custo, a Companhia registra uma perda por redução ao valor recuperável. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da Companhia e envolve julgamentos e premissas relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor realizável líquido. Qualquer mudança nessas premissas pode impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Além disso, dada a granularidade dos itens dos estoques, o acompanhamento dos inventários físicos requer a manutenção de controles cíclicos. Dessa forma consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:

1. Obter o entendimento do desenho dos controles internos chave relativos ao processo de compras, bem como do processo relacionado com a mensuração dos estoques e sua aderência às políticas contábeis da Companhia.
2. Efetuar procedimentos, em base de amostragem, sobre a apuração do custo médio para os estoques de matéria prima, produtos semi-acabados e produtos acabados.
3. Avaliar a necessidade de registro de perda estimada com itens com baixa movimentação ("giro lento") ou itens obsoletos.
4. Avaliar a adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Com resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável, no tocante à sua valorização, o saldo de estoques, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6



Cristiano Seabra Di Girolamo

Contador CRC BA-017826/O-4

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	113	2.100	Empréstimos e financiamentos	12	17.450	18.609
Aplicações financeiras	6	5	-	Debêntures	13	100.320	33.211
Contas a receber de clientes	7	20.308	33.164	Fornecedores	14	51.070	45.739
Estoques	8	83.829	59.677	Obrigações trabalhistas e sociais	15	25.392	22.451
Impostos a recuperar	9	38.128	19.347	Obrigações fiscais e tributárias	16	34.932	28.971
Outros créditos		<u>1.038</u>	<u>288</u>	Parcelamentos de impostos	17	25.961	24.022
Total do ativo circulante		<u>143.421</u>	<u>114.576</u>	Adiantamento de clientes	18	12.880	9.107
Empréstimos à partes relacionadas	10	4.864	4.441	Empréstimos à partes relacionadas	10	2.454	-
Aplicações financeiras	6	1.846	-	Outras contas a pagar		<u>488</u>	<u>253</u>
Impostos a recuperar	9	29.920	5.405	Total do passivo circulante		<u>270.947</u>	<u>182.363</u>
Depósitos judiciais	19	3.526	3.968	Empréstimos e financiamentos	12	20.052	37.697
Outros créditos		<u>123</u>	<u>123</u>	Debêntures	13	-	56.883
Total do realizável a longo prazo		<u>40.279</u>	<u>13.937</u>	Parcelamentos de impostos	17	58.289	58.120
Imobilizado	11	195.796	198.114	Passivo fiscal diferido	26	1.003	1.090
Intangível		<u>410</u>	<u>230</u>	Provisão para perda em processos judiciais	19	<u>1.468</u>	<u>1.468</u>
Total do ativo não circulante		<u>236.485</u>	<u>212.281</u>	Total do passivo não circulante		<u>80.812</u>	<u>155.258</u>
				Patrimônio líquido	20		
				Capital social		47.299	47.299
				Prejuízo acumulado		<u>(19.152)</u>	<u>(58.063)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>28.147</u>	<u>(10.764)</u>
Total do ativo		<u>379.906</u>	<u>326.857</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>379.906</u>	<u>326.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	21	540.434	470.082
Custos dos produtos vendidos	22	<u>(476.762)</u>	<u>(422.491)</u>
Lucro bruto		<u>63.672</u>	<u>47.591</u>
Despesas administrativas e gerais	23	(20.383)	(18.493)
Perda esperadas de créditos a receber		(25)	(25)
Outras receitas operacionais	24	25.388	2.625
Outras despesas operacionais		<u>(8)</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>68.644</u>	<u>31.696</u>
Receitas financeiras	25	36.512	2.344
Despesas financeiras	25	<u>(53.807)</u>	<u>(35.447)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(17.295)</u>	<u>(33.103)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>51.349</u>	<u>(1.407)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(12.525)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	87	12.781
Lucro líquido do exercício		<u><u>38.911</u></u>	<u><u>11.374</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico	27	0,823	0,240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	38.911	11.374
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>38.911</u></u>	<u><u>11.374</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Reserva de lucros</u>					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total da Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		<u>49.438</u>	<u>472</u>	<u>7.765</u>	<u>8.237</u>	<u>(77.674)</u>	<u>(19.999)</u>
Redução de capital 07/08/2017	20	(2.139)	-	-	-	-	(2.139)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.374	11.374
Compensação de prejuízo com reservas		-	(472)	(7.765)	(8.237)	8.237	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>47.299</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(58.063)</u>	<u>(10.764)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.911	38.911
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>47.299</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.152)</u>	<u>28.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		51.349	(1.407)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	13.079	13.094
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10, 12 e 13	12.425	22.784
Encargos sobre empréstimos à partes relacionadas	10	(423)	-
Reversão de provisão de perda esperadas de créditos a receber	7	-	(595)
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	11b	478	2.251
Encargos de duplicatas descontadas		130	-
Variações em:			
Contas a receber de clientes	7	12.856	(15.455)
Estoques	8	(24.152)	(9.736)
Ativo fiscal corrente e não corrente	9	(43.296)	(6.037)
Outros créditos		(750)	118
Aplicações financeiras		(1.851)	-
Depósitos judiciais	19	442	(1.298)
Fornecedores	14	5.331	9.058
Obrigações trabalhistas e sociais	15	2.941	5.295
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	16 e 17	(4.456)	28.375
Adiantamento de clientes	18	3.773	(6.758)
Outras contas a pagar		235	(21)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>28.111</u>	<u>39.668</u>
Juros pagos	12	(2.206)	(5.481)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>25.904</u>	<u>34.187</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Empréstimos à partes relacionadas	10a	2.454	(386)
Aquisição de intangível		(316)	(9)
Aquisição de imobilizado	11a	(11.103)	(5.015)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(8.965)</u>	<u>(5.410)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	12 e 13	(18.928)	(28.716)
Redução de capital	20	-	(2.139)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		<u>(18.926)</u>	<u>(30.855)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.987)</u>	<u>(2.078)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	2.100	4.178
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>113</u>	<u>2.100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968 que tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Sua sede está localizada à rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$ 127.526 (R\$ 67.787 em 31 de dezembro de 2017), em função principalmente da reclassificação da totalidade do saldo de debêntures a pagar do passivo não circulante para o passivo circulante devido a não prorrogação do contrato firmado com os credores até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

A administração encontra-se em fase avançada de negociação junto aos credores e acredita que até o final do primeiro semestre de 2019, a dívida já terá sido renegociada e os prazos de vencimento alongados. Ver detalhes na Nota explicativa nº 29 - Eventos subsequentes.

Planos da administração

A administração vem implementando ações estratégica para reverter essa situação que abrange renegociação de contratos junto a fornecedores para redução de despesas e custos; busca de novos mercados e consequente expansão das vendas; recuperação de créditos fiscais; e ganhos operacionais de eficiência.

Tais ações já geraram reflexos em suas demonstrações em 2018 com a melhoria do índice de liquidez geral, de 0,38 em 31 de dezembro de 2017 para 0,52 em 31 de dezembro de 2018, além da reversão do patrimônio líquido negativo de R\$ 10.764 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 28.147 positivo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2018, o controle rígido de custos e despesas permitiu que o EBITDA atingisse R\$ 81.587, crescimento de 83% em relação a 2017, enquanto a receita cresceu 15%. Sem considerar o valor principal de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, contabilizados em outras receitas operacionais, o EBTIDA atingiu R\$ 56.916, crescimento de 28% em relação a 2017.

Em novembro de 2018, a Companhia obteve o transitório e julgado da ação judicial referente ao reconhecimento do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, tendo contabilizado o valor total de créditos de R\$ 58.864, os quais terão efeito caixa significativo a partir de sua habilitação, prevista para o 2º trimestre de 2019.

Também foi relevante a decisão pela reativação da unidade Anchieta no ano de 2019, a qual possui localização estratégica, o que possibilitará o desenvolvimento de novos negócios, a exemplo de terceirização de linhas de montagem de clientes, a exemplo de projeto iniciado em janeiro 2019.

Com essas ações a administração da Companhia entende que o fluxo financeiro gerado em suas operações já será suficiente para honrar seus compromissos de curto e médio prazos, descartando quaisquer riscos de descontinuidade operacional. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e geração de caixa não seja a esperada, os acionistas se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios nos próximos 12 meses.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 8** - Ativos fiscais diferidos - Disponibilidade de lucros futuros com os quais prejuízos possam ser utilizados.

(ii) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para perda de crédito esperadas;
- **Nota explicativa nº 11** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 19** - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

(iii) **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma;

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.

3 **Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o pronunciamento contábil CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

3.1 CPC 47- Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ela substitui o CPC 30 (R1) *Receitas*, o CPC 17 (R1) *Contratos de Construção* e as interpretações relacionadas. De acordo com o CPC47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia têm como principais receitas a venda de mercadorias e ferramental. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou o CPC 47 - Receitas de contratos com clientes. A norma traz os princípios para uma entidade aplicar e determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: i) identificação dos contratos com os clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. A Companhia avaliou a nova norma, desde a forma de mensuração e de reconhecimento das receitas, dos descontos e das devoluções, bem como as políticas, os processos e os contratos individuais significativos; e, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, a política contábil utilizada pela Companhia não sofreu alterações significativas.

3.2 CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- (i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros; e
- (ii) Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas em crédito esperadas”).

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminadas as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest - SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais modelos de negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia avalia que o seu modelo de negócio consiste em receber fluxos de caixa destes ativos sendo principal mais juros.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros:

Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e depósitos bancários	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio de resultado
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio de resultado	Valor Justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Outros créditos	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Empréstimos à partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado

b. Redução ao valor recuperável “Modelo de perdas esperadas”

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

CPC 48

Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A Companhia adotou a partir de 1º de Janeiro de 2018 a abordagem simplificada, ou seja, avaliou a perda média percentual ocorrida nos últimos 3 anos, e aplicou o índice apurado sobre os créditos a receber. O cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, e não identificou impacto material, uma vez que no ramo de negócio em que a Companhia atua, trabalha com multinacionais de grande porte, onde o risco de inadimplência é reduzido.

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, e apresente indícios relevantes de dificuldades financeiras. A Companhia recorre a ações de recuperação do crédito, tais como a execução da garantia (se houver alguma), ou o bloqueio de ativos do devedor, ou;
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

O efeito da aplicação dessa norma, se houver, é atribuído principalmente ao seguinte:

Classificação, mensuração após reconhecimento inicial e ajustes por redução ao valor recuperável oriundo de perdas esperadas reconhecidas no contas a receber de clientes.

Ver mais detalhes sobre a nova política de reconhecimento de perdas na Nota explicativa 7.

4 Principais políticas contábeis

Exceto pelo que já está mencionado na Nota explicativa 3, as políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece inicialmente o contas a receber de clientes e os títulos de dívida na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a classificação e mensuração subsequente de instrumentos financeiros ativos e passivos são fornecidas na nota explicativa 3.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras de curto e longo prazos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa e saldos positivos em conta movimento em bancos. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Outros passivos financeiros não derivativos - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

A Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

Compensação entre ativos e passivos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do cliente;
- probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 - inadimplência ou atrasos do devedor;
 - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que seriam aceitas em condições normais;
 - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 não havia leasing de natureza operacional, portanto, sem impactos nas demonstrações financeiras.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Capital social - Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

m. Receita operacional

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 21. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 3.1.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Principais disposições e consequências para a Companhia:

O CPC 06 (R2), que substitui a partir de 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R1) - Arrendamentos e interpretações, introduz importantes mudanças na contabilização dos contratos de aluguel por parte do locatário, removendo para este último, a distinção entre locações operacionais e locações financeiras.

De acordo com a nova norma, todos os contratos de arrendamento devem ser reconhecidos no balanço por meio de um ativo que representa o direito de usar o ativo arrendado em troca de uma dívida correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento por prazo razoavelmente certo de contratação. O CPC 06 (R2) também afetará a apresentação dessas transações na demonstração do resultado (reconhecimento de uma despesa de amortização e despesa de juros, ao invés da despesa de arrendamento) e a demonstração dos fluxos de caixa que passará a apresentar o pagamento de juros e dívida (fluxos de caixa das atividades de financiamento) ao invés de pagamento de arrendamento (fluxos de caixa das atividades operacionais).

A Companhia optará pelo método retrospectivo simplificado a partir de 1º de janeiro de 2019. As demonstrações financeiras de 2018 não serão reapresentadas.

Além disso, a Companhia aplicará as duas isenções propostas pela norma para bens de baixo valor, bem como contratos de curto prazo (menos de 12 meses).

A Companhia levará em consideração ao determinar o período razoavelmente certo de uso dos bens arrendados as características relacionadas aos diferentes tipos de estabelecimento. Serão consideradas as seguintes características: a rentabilidade da fábrica, a existência de investimentos recentes na localidade e a existência de locais alternativos para as unidades fabris. Na data de adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia aplicará a taxa de empréstimo marginal aos vários contratos. Após a data de transição, será aplicada a taxa implícita do contrato, se identificável, em caso contrário, a taxa de empréstimo marginal será aplicada.

Em paralelo, a Companhia iniciou o levantamento dos contratos existentes afim de realizar o cálculo e a geração dos dados necessários para a contabilização de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2).

Devido as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estarem em andamento, tais como, levantamento dos contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação (que depende em particular, de cada tipo de ativo subjacente), e a metodologia para o cálculo das taxas os descontos, a Companhia considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	27	26
Bancos conta movimento	86	86
Aplicações financeiras	-	1.988
	<u>113</u>	<u>2.100</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% em 2017 da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 28.

6 Aplicações financeiras

	2018	2017
Aplicações financeiras	<u>1.851</u>	<u>-</u>
	<u>1.851</u>	<u>-</u>
Circulante	5	-
Não circulante	1.846	-

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos cotistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A exposição da CARTEIRA às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes nacionais	30.010	32.407
Clientes estrangeiros (Nota nº 28)	2.703	782
	32.713	33.189
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(12.380)	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(25)	(25)
	20.308	33.164

- (i) O saldo refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber e sem coobrigação e com depósito de documentos pela Companhia.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para perda de crédito esperada foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda de crédito esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(25)	(620)
Reversão	-	595
Saldo final	(25)	(25)

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
General Motors	27%
Volkswagen	24%
Scania	17%
Meritor	8%
Mercedes Benz	8%
Outros	16%
Total	100,00%

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer:		
de 1 a 30 dias	25.296	19.411
a mais de 30 dias	1.364	5.540
Vencidos:		
de 1 a 30 dias	1.475	4.388
de 31 a 90 dias	1.393	2.149
de 91 a 180 dias	112	737
há mais de 180 dias	3.073	964
	<u>6.053</u>	<u>8.239</u>
	<u>32.713</u>	<u>33.189</u>

Não há contas a receber da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

8 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	16.764	10.940
Produtos semi acabados	37.589	25.470
Matérias-primas	17.928	16.283
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.558	1.559
Ferramentais em construção	3.144	1.039
Produtos em elaboração	1.127	-
Adiantamento a fornecedores	5.719	4.386
	<u>83.829</u>	<u>59.677</u>

Não há estoques da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

9 Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IPI a recuperar	1.238	1.432
ICMS a recuperar	2.434	6.374
IRPJ a compensar	318	176
Crédito extemporâneo (i)	567	487
Créditos prejuízo fiscal e BNCSLL (PERT) (ii)	-	12.673
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (iii)	58.865	-
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	1.432	1.177
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	383	366
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	2.509	1.775
Outros	302	292
	<u>68.048</u>	<u>24.752</u>
Circulante	38.128	19.347
Não Circulante	29.920	5.405

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2011 a 2015) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.
- (ii) Em 2017 a Companhia, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, Lei nº 13.496/2017 para parcelamentos de débitos nos âmbitos da RFB e PGFN, com amortização com créditos oriundos de prejuízo fiscal (25%) e de base negativa da CSLL (9%) acumulados até dezembro de 2015, reconhecidos no exercício de 2017 e apurados conforme quadro abaixo:

	Delga Indústria e Comércio S.A.
Prejuízo fiscal até dezembro de 2015	37.272
% do crédito PERT	25%
Sub-total	9.318
Base negativa de CSLL até dezembro de 2015	37.272
% do crédito PERT	9%
Sub-total	3.355
Total crédito PERT	12.673

Em 2018 a Companhia, realizou a prestação de informações para consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, Lei nº 13.496/2017 para parcelamentos de débitos nos âmbitos da RFB e PGFN, com amortização dos saldos remanescentes com créditos de Prejuízo Fiscal (25%) e de Base Negativa da CSLL (9%), utilizando o total de créditos de próprios de R\$ 12.673 conforme abaixo:

(1) Parcelamento Pert PGFN - Modalidade Demais Débitos

	Base de cálculo	Crédito utilizado
Prejuízo Fiscal - 25%	19.273	4.818
Base Negativa CSLL - 9%	22.944	2.065
		6.883

(2) Parcelamento Pert PGFN - Modalidade Previdenciários

	Base de cálculo	Crédito utilizado
Prejuízo Fiscal - 25%	6.217	1.554
Base Negativa CSLL - 9%	7.401	666
		2.220

(3) Parcelamento Pert RFB - Modalidade Previdenciários

	Base de cálculo	Crédito utilizado
Prejuízo Fiscal - 25%	11.783	2.946
Base Negativa CSLL - 9%	6.927	624
		3.570

- (iii) Em 29/11/2018 ocorreu o trânsito e julgado na qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Desta forma, e adotando postura conservadora, baseando-se na apuração de créditos baseada no ICMS líquido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58.865 na rubrica “Ativo fiscal corrente e não corrente”, de acordo com estimativas de utilização, sendo no ativo circulante R\$ 29.432 (50%) e não circulante R\$ 29.433 (50%), com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 24.671 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 34.194, referente a atualização do crédito (Taxa Selic) em “Receitas financeiras”.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com sua controladora, coligadas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo não circulante

	31/12/2018	31/12/2017
<i>Empréstimos concedidos:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (i)	2.154	1.969
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda. (ii)	<u>2.710</u>	<u>2.472</u>
	<u><u>4.864</u></u>	<u><u>4.441</u></u>

- (i) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento e com taxa de juros de 0,94% a.m.
- (ii) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento e com taxa de juros de 0,99% a.m.

Movimentação de empréstimos

Companhia	31/12/2017	Recebimento Principal	Provisão de Juros	Recebimento de Juros	31/12/2018
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.969	-	185	-	2.154
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda.	<u>2.472</u>	-	<u>238</u>	-	<u>2.710</u>
	<u>4.441</u>	-	<u>423</u>	-	<u>4.864</u>

Companhia	31/12/2016	Concedidos	Recebimento Principal	Provisão de Juros	Recebimento de Juros	31/12/2017
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.800	169	-	-	-	1.969
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda.	<u>2.255</u>	<u>217</u>	-	-	-	<u>2.472</u>
	<u>4.055</u>	<u>386</u>	-	-	-	<u>4.441</u>

b. Passivo circulante

	31/12/2018	31/12/2017
<i>Fornecedores (Nota nº 14):</i>		
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda.	<u>2.031</u>	<u>715</u>
	<u><u>2.031</u></u>	<u><u>715</u></u>

Saldo de obrigações pelo aluguel de instalações conforme condições específicas acordadas entre as partes.

	31/12/2018	31/12/2017
<i>Empréstimos à pagar:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	<u>2.454</u>	-
	<u><u>2.454</u></u>	<u><u>-</u></u>

c. Resultado

	2018	2017
<i>Custos e despesas:</i>		
Delga Participações S.A. (i)	2.343	2.343
Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. (ii)	437	461
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (iii)	596	680
	3.376	3.484
	3.376	3.484

- (i) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora pelas filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos com prazo indeterminado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.
- (ii) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora prazo indeterminado e atualização com base no INPC/IBGE.
- (iii) Refere-se a serviços de estamperia contratados em condições de mercado.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.196 (R\$ 1.128 em 2017) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

11 Ativo imobilizado

As movimentações do imobilizado em 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros a seguir:

a. Custo

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	-	2.214	-	-	2.214
Instalações	20.981	61	-	-	21.042
Máquinas e equipamentos	195.444	1.190	(2.369)	4.889	199.154
Móveis e utensílios	1.458	63	(3)	-	1.518
Veículos	1.752	-	(167)	-	1.585
Equipamentos CPD	1.695	69	(2)	-	1.762
Aparelhos e acessórios	6.250	51	(7)	-	6.294
Benfeitorias em imóveis	53.760	17	-	295	54.072
Veículos industriais	496	-	-	-	496
Instalações administrativas	326	20	-	-	346
Embalagens Industriais	5.855	243	-	7	6.105
Bens de pequeno valor	-	29	-	-	29
Ferramentas	838	-	-	(4)	834
Imobilizações em andamento	462	7.146	-	(5.187)	2.421
	299.854	11.103	(2.548)	-	308.409
Total do custo	299.854	11.103	(2.548)	-	308.409

	31/12/16	Adições	Baixas	Transferência	31/12/17
Terrenos	1.691	-	(1.397)	-	294
Edifícios	15.154	-	(4.911)	-	10.243
Instalações	18.261	-	(458)	3.178	20.981
Máquinas e equipamentos	180.137	1.133	(206)	14.380	195.444
Móveis e utensílios	1.452	6	-	-	1.458
Veículos	1.752	23	-	(23)	1.752
Equipamentos CPD	2.871	20	(1.197)	1	1.695
Aparelhos e acessórios	6.250	55	(5)	(50)	6.250
Benfeitorias em imóveis	53.760	-	-	-	53.760
Veículos industriais	493	-	-	3	496
Instalações administrativas	326	-	-	-	326
Embalagens Industriais	5.724	131	-	-	5.855
Ferramentas	832	8	-	(2)	838
Imobilizações em andamento	14.376	3.639	(66)	(17.487)	462
Total do custo	303.079	5.015	(8.240)	-	299.854

b. Depreciação

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Edifícios	4	(4.969)	(2.560)	-	(7.529)
Instalações	10	(10.335)	(1.309)	-	(11.644)
Máquinas e equipamentos	5	(74.854)	(7.610)	1.891	(80.573)
Móveis e utensílios	10	(1.168)	(59)	3	(1.224)
Veículos	20	(1.356)	(82)	164	(1.274)
Equipamentos CPD	20	(1.602)	(74)	1	(1.675)
Aparelhos e acessórios	10	(4.341)	(571)	7	(4.905)
Veículos industriais	20	(495)	-	-	(495)
Embalagens Industriais	10	(1704)	(593)	-	(2.297)
Bens de pequeno valor	100	-	(29)	-	(29)
Instalações administrativas	20	(177)	(24)	-	(201)
Ferramentas	10	(739)	(32)	4	(767)
Total da depreciação		(101.740)	(12.943)	2.070	(112.613)
Imobilizado líquido		198.114	(1.840)	(478)	195.796

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/16	Adições	Baixas	31/12/17
Edifícios	4	(6.557)	(2.599)	4.187	(4.969)
Instalações	10	(9.566)	(1.208)	439	(10.335)
Máquinas e equipamentos	5	(67.355)	(7.664)	165	(74.854)
Móveis e utensílios	10	(1.101)	(67)	-	(1.168)
Veículos	20	(1.227)	(129)	-	(1.356)
Equipamentos CPD	20	(2.695)	(105)	1.198	(1.602)
Aparelhos e acessórios	10	(3.795)	(546)	-	(4.341)
Veículos industriais	20	(492)	(3)	-	(495)
Embalagens Industriais	10	(1.125)	(579)	-	(1704)
Instalações administrativas	20	(151)	(26)	-	(177)
Ferramentas	10	(704)	(35)	-	(739)
Total da depreciação		<u>(94.768)</u>	<u>(12.961)</u>	<u>5.989</u>	<u>(101.740)</u>
Imobilizado líquido		<u>208.311</u>	<u>(7.946)</u>	<u>(2.251)</u>	<u>198.114</u>

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha imóveis dados em garantia de dívidas, no valor líquido contábil de R\$ 9.023.

Os custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 142 (R\$ 938 em 2017).

12 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim demonstrada:

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 6,00% a.a.	3.027	7.549
Citibank, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	01/11/2021	6,60% a 23,57% a.a	18.849	27.546
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	15.626	21.211
				Total	<u>37.502</u>	<u>56.306</u>
				Passivo circulante	17.450	18.609
				Passivo não circulante	20.052	37.697

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	18.609
2019	17.450	17.751
2020	13.403	13.570
2021	6.649	6.376
	<u>37.502</u>	<u>56.306</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2017	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
56.306	-	(18.899)	2.301	(2.206)	37.502
56.306	-	(18.899)	2.301	(2.206)	37.502

31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
75.615	-	(28.683)	12.001	(2.626)	56.306
75.615	-	(28.683)	12.001	(2.626)	56.306

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas

Não há covenants relacionados aos empréstimos e financiamentos.

13 Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão de debentures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	31 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal:	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a.
Pagamento do principal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015. R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019.
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação com vencimento final em 31/05/2019.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	31/12/2018
2019	<u>100.320</u>
	<u>100.320</u>

A Companhia incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2018 é de R\$ 3.205 (R\$ 3.179 mil em 2017).

Movimentação das debêntures

31/12/2017	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
<u>90.094</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>10.255</u>	<u>-</u>	<u>100.320</u>
<u>90.094</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>10.255</u>	<u>-</u>	<u>100.320</u>

31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
<u>82.199</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>10.783</u>	<u>(2.855)</u>	<u>90.094</u>
<u>82.199</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>10.783</u>	<u>(2.855)</u>	<u>90.094</u>

Cláusulas restritivas

Os covenants relacionados aos empréstimos e financiamentos estão relacionados ao cumprimento de índices não financeiros apurados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não atendeu a todos os covenants qualitativos e portanto, o valor vencível após 12 meses no montante de R\$ 63.387 foi integralmente reclassificado para o passivo circulante.

14 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	48.810	44.951
Fornecedores nacionais - Parte relacionadas (Nota explicativa 10)	2.031	715
Fornecedores estrangeiros	<u>229</u>	<u>73</u>
	<u>51.070</u>	<u>45.739</u>

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos e prestação de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2018	31/12/2017
Ordenados e salários	3.081	3.797
Encargos sociais - INSS e FGTS	3.371	3.340
Provisão de férias e encargos	12.728	12.068
Rescisões a pagar	986	1.543
Participação nos lucros	3.574	-
Outras obrigações trabalhistas	1.652	1.703
	<u>25.392</u>	<u>22.451</u>

16 Obrigações fiscais e tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	-	7.312
ISS	27	14
IPI	-	5
IRRF	520	582
PIS/ COFINS	18.056	11.032
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	9.199	-
CSLL A RECOLHER	3.326	-
INSS	3.802	9.960
Outros	2	66
	<u>34.932</u>	<u>28.971</u>

17 Parcelamentos de impostos

	31.12.2018	31.12.2017
ICMS (i)	36.665	27.542
PGFN PAES Lei 11.941/09	4.509	5.202
INSS (iii)	23.809	10.367
IPTU	20	416
PERT RFB (ii)	16.832	29.292
PIS E COFINS	2.415	-
PERT PGFN	-	9.323
Total	<u>84.250</u>	<u>82.142</u>
Passivo circulante	25.961	24.022
Passivo não circulante	58.289	58.120

(i) ICMS

Entre 2007 e 2018, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

(ii) PERT Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2018, aguardava a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas, com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.

O valor da entrada de 20% foi apurada com base no saldo consolidado apurado na data da adesão em 30 de novembro de 2017, sem reduções de multa e juros, conforme previsto na lei. As parcelas são atualizadas com base na SELIC.

Descrição	31/12/2017
COFINS	12.566
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	11.605
Imposto de renda sobre o lucro	2.359
PIS	1.650
Contribuição social sobre o lucro	812
IPI	409
Outros	201
	20.602

Demonstrativo da Consolidação - Simulação

Descrição	Principal	Multa mora/ Ofício (*)	Juros (**)	Total
Valores sem reduções	20.423	4.129	5.050	29.601
Pagamento entrada (20%)	4.085	826	1.010	5.920
Valores com reduções	16.338	1.651	808	18.797

(*) 50% de redução.

(**) 80% de redução.

Entrada em 5 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 1.184, totalizando o montante de R\$ 5.920. Demais parcelas em 145 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 130, totalizando o montante de R\$ 18.798.

(iii) INSS e RFB Lei 11.941/09

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei, sendo que em 31 de dezembro de 2018, restavam para a Companhia as parcelas de nºs 110 a 180 (70 parcelas) a serem pagas, relativas a débitos referente ao Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos - PGFN. Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

2019	2020	2021	2022	2023	2024
773	773	773	773	773	644

18 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2018 a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos para fabricação de ferramentais para a produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues em exercícios subsequentes.

19 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Trabalhistas	1.468	-	1.468	-	1.468
	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$ 3.526, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.968 em 2017), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui contingências passivas no montante de R\$ 76.812 (R\$ 38.246 em 2017), na opinião de seus consultores jurídicos com probabilidade de perda possível. O principal processo com probabilidade de perda possível refere-se a uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 20.100, sendo composta por três inscrições. Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 47.299, representado por 47.298.832 ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Acionista	Quantidade e de ações	Valor
Delga Participações S.A.	47.298.830	47.299
Maria Ione Vittolo Delgado	2	-
	<u>47.298.832</u>	<u>47.299</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovado a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 2.138, mediante a redução de 2.138.799 ações ordinárias nominais, no valor de R\$ 1,00 cada.

b. Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado a cada exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

c. Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21 Receita líquida

	2018	2017
Receita de venda de mercadorias	685.673	593.175
Receita de ferramental	19.626	18.890
Outras	147	85
Deduções da receita	<u>(165.012)</u>	<u>(142.068)</u>
Receita líquida	<u>540.434</u>	<u>470.082</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	2018	2017
Devoluções	(8.903)	(5.767)
ICMS	(87.949)	(79.618)
PIS	(9.554)	(8.326)
COFINS	(44.004)	(38.349)
INSS	(14.523)	(9.993)
Outros	(79)	(15)
	<u>(165.012)</u>	<u>(142.068)</u>

22 Custos dos produtos vendidos

	2018	2017
Mão de obra direta	(70.834)	(58.312)
Materiais diretos	(239.727)	(207.734)
Outros custos diretos	(13.061)	(9.435)
Custos indiretos de fabricação	(153.140)	(147.010)
	<u>(476.762)</u>	<u>(422.491)</u>

23 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Despesa com pessoal	(14.002)	(12.533)
Serviços de consultoria	(957)	(1190)
Gastos mercadológicos	(84)	(278)
Depreciações e amortizações	(687)	(670)
Seguros	(309)	(356)
Gastos com tecnologia da informação	(1.686)	(1.807)
Impostos e taxas	(562)	(223)
Despesas gerais	(2.121)	(1.461)
	<u>(20.408)</u>	<u>(18.518)</u>

24 Outras receitas operacionais

	2018	2017
Crédito Ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS- Principal - Nota 9 (iii)	24.671	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	338	58
Outras receitas operacionais diversas	223	191
Recuperação de impostos	106	-
Reembolso de sinistros	50	135
Ganho parcelamento PERT - Reduções multas e Juros	-	2.241
	<u>25.388</u>	<u>2.625</u>

25 Resultado financeiro

Receitas financeiras

	2018	2017
Juros e descontos	1.207	571
Rendimentos de aplicações financeiras	115	191
Variação monetária ativa	3	681
Juros ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS - Nota 9 (iii)	34.194	-
Variação cambial ativa	993	901
	<u>36.512</u>	<u>2.344</u>

Despesas financeiras

	2018	2017
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.658)	(22.784)
Juros, descontos e IOF	(5.756)	(589)
Tarifas bancárias	(247)	(265)
Variação cambial passiva	(833)	(942)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(9.034)	(5.561)
Multa de mora	(2.445)	(4.146)
Outras despesas financeiras	(8.834)	(1.160)
	<u>(53.807)</u>	<u>(35.447)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.295)</u>	<u>(33.103)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	51.349	(1.407)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	<u>(17.459)</u>	-
Adição permanente de despesas não dedutíveis	461	-
Diferenças temporárias - Diferido	87	-
Outros	<u>4.386</u>	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente	<u>(12.525)</u>	-

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Diferenças temporárias	87	108
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL - PERT	-	12.673
	87	12.781

b. Reconciliação da taxa efetiva - Imposto diferido

	2018	2017
Realização ajuste na depreciação (Nova Lei das S.A.)	257	318
Prejuízos fiscais e base negativa acumulados até 2015	-	37.273
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social - diferido	257	37.591
Alíquota	34%	34%
Total	87	12.781

c. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	2017
Depreciação	(1.003)	(1.090)
Passivo fiscal diferido	(1.003)	(1.090)

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporária. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL são de R\$37.186 mil.

27 Lucro por ação diluído

O cálculo do lucro por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	38.911	11.374
Quantidade de ações ordinárias (nota nº 20)	47.298.832	47.298.832
Lucro por ação (em R\$)	0,823	0,240

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não havia ações ordinárias em circulação.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		2018		2017	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	113	-	112
Aplicações financeiras	5 e 6	1.851	-	1.988	-
Contas a receber de clientes	7	-	20.308	-	33.164
Outros créditos		-	1.161	-	411
Empréstimos à partes relacionadas	10	-	4.864	-	4.441
		1.851	26.446	1.988	38.128
		2018		2017	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	12	-	37.502	-	56.306
Debêntures	13	-	100.320	-	90.094
Fornecedores	14	-	51.070	-	45.739
Adiantamento de clientes	18	-	12.880	-	9.107
Partes relacionados	10	-	2.454	-	-
Outras contas a pagar		-	488	-	253
		-	204.714	-	201.499

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia possui ainda provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 7.

b. Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos produtos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d. Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

	2018	2017
Clientes do exterior (Nota nº 7)	2.703	782
Fornecedores do exterior (Nota nº 17)	(229)	(73)
Exposição bruta do balanço patrimonial	2.474	709

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2018

USD/BRL 3,8748

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2018	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros	1.851	Variação do CDI	6,42%	119	149	178	89	59
Aplicações financeiras								
2 - Debentures	(100.320)	Variação do CDI	6,42%	(6.441)	(8.051)	(9.662)	(4.831)	(3.220)
3 - Passivos financeiros	(37.502)	Variação do CDI	6,42%	(2.408)	(3.010)	(3.612)	(1.806)	(1.204)
Empréstimos e financiamentos								
1 + 2+3				(8.730)	(10.912)	(13.096)	(6.548)	(4.365)
				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros	1.988	Variação do CDI	9,93%	197	246	296	148	99
Aplicações financeiras								
2- Debentures	(90.094)	Variação do CDI	9,93%	(8.946)	(11.183)	(13.420)	(6.710)	(4.473)
3 - Passivos financeiros	(56.306)	Variação do CDI	9,93%	(5.592)	(6.989)	(8.387)	(4.193)	(2.796)
Empréstimos e financiamentos								
1 + 2 + 3		Efeito		(14.341)	(17.927)	(21.511)	(10.756)	(7.170)

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Os valores dos passivos financeiros representam a exposição máxima de liquidez. A exposição de risco de liquidez na data destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota nº12)	37.502	56.306
Debêntures (Nota nº 13)	100.320	90.094
Fornecedores (Nota nº14)	51.070	45.739
Adiantamento de clientes	12.880	9.107
Partes relacionadas (Nota nº10)	2.454	-
Outras contas a pagar	488	253
	<u>204.714</u>	<u>201.499</u>

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº12)	37.502	37.502	17.450	13.403	6.649
Debêntures (Nota nº 13)	100.320	100.320	100.320	-	-
Fornecedores (Nota nº14)	51.070	51.070	51.070	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 18)	12.880	12.880	12.880	-	-
Partes relacionadas (Nota nº10)	2.454	2.454	2.454	-	-
Outras contas a pagar	488	488	488	-	-
	<u>204.714</u>	<u>204.714</u>	<u>184.662</u>	<u>13,403</u>	<u>6.649</u>

29 Eventos subsequentes

A Companhia está em fase de formalização de nova negociação para alongamento do perfil das debêntures, bem como para redução do custo da operação, com expectativa de conclusão até 31 de maio de 2019. As novas condições comerciais negociadas incluem 12 meses de carência e 48 meses para amortização do saldo, sendo parte através da venda de ativos, com redução significativa no custo. Em função da nova negociação, haverá reclassificação subsequente do saldo, alocado integralmente no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0